

**COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO
LUDGERO - CEGERO**

**PRESTAÇÃO DE
CONTAS**
Exercício de 2017

São Ludgero, 28 de março de 2018.

1) PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A) RELATÓRIO DA GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Senhores Associados,

Temos a grata satisfação de apresentar o Relatório da Gestão e as Demonstrações Contábeis da Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes às atividades desenvolvidas no ano de 2017, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Apresentamos neste Relatório da Gestão as principais atividades e investimentos realizados em equipamentos e materiais aplicados na distribuição de energia elétrica aos associados:

1. Readequação dos serviços de terceiros nas áreas de poda e roçada de redes, leitura e entrega de faturas, corte e religação de energia, com otimização de pessoal próprio e redução de despesas na ordem de R\$ 30 mil mensais.
2. Melhorias na administração, redução de pró-labore e cédulas de presença de reuniões dos conselhos de administração e fiscal possibilitando uma redução de gastos de R\$8.500,00 mensais.
3. Feito contenção de despesas com obras e serviços particulares, reduzindo assim os gastos com materiais em torno de R\$ 25 mil mensais.
4. Colocado à disposição do associado serviço de guindaste mediante agendamento no valor de R\$ 50,00 por hora.
5. Adquiridas 2 motocicletas modelo Honda NXR 160 BROS ESDD para serviços de leitura e entrega de faturas no valor de R\$ 27.000,00.
6. Para atender a demanda foram instalados novos transformadores no sistema de distribuição, potencializados vários circuitos, substituídos transformadores que apresentaram defeito, realizada a correção de demanda de cada circuito, dimensionando suas potências de transformação, maximizando com isto os equipamentos e eliminando problemas com quedas de tensão, aquecimento, transformadores a vazio, perdas de energia. Nestas melhorias foram investidos R\$ 116.863,74 entre transformadores novos e conserto dos danificados;
7. Aplicados cabos de cobre e de alumínio de várias bitolas, em ramais de ligação, construção, manutenção e ampliação de redes de distribuição de alta e baixa tensão, aterramentos, redes de distribuição para associados, com custo total de R\$ 250.690,30;

8. Dando continuidade às melhorias em suas redes de distribuição de energia, na manutenção e construção de novas redes de distribuição de alta e baixa tensão, foram utilizados 747 novos postes de várias bitolas no valor R\$ 273.643,00, e também, 448 cruzetas novas de concreto, fibra de vidro ou metálica no valor de R\$ 57.081,20, totalizando investimento de R\$ 330.724,20;
9. Investimos R\$ 67.757,06 em 1.118 isoladores novos tipo bastão polimérico e pilar para aplicação e novas redes e também manutenção de redes já existentes;
10. Foram utilizados 115 para raios novos de média tensão, na instalação de novos transformadores, novos pontos de proteção e reparo dos para raios danificados no valor total de R\$ 13.884,50;
11. Com relação à instalação e manutenção da iluminação pública, foram utilizadas no ano de 2017, o total de 864 lâmpadas, sendo 680 unidades de 70Watts, 55 de 150W, 77 de 250W, 46 de 400W e 6 de 2000W, no valor de R\$ 18.504,70, também 325 reatores no valor de R\$ 16.854,30 e demais acessórios, como relês, chaves magnéticas, luminárias e refletores no valor de R\$ 22.410,30, com investimento total em iluminação de R\$ 57.769,30;
12. Adquiridas e aplicadas 168 chaves fusíveis, 3 chaves fusíveis religadoras e 62 chaves seccionadoras no total de R\$ 67.826,80;
13. Investimentos em cabos de cobre e hastes de terra, para aterramento e proteção de redes, utilizados em novos transformadores, seccionamento e final de redes de baixa tensão, para-raios de alta e baixa tensão, correção de aterramento em transformadores antigos, no total de 875,40 kg de cabos de cobre de 25, 35 e 50 mm² no valor de R\$ 28.191,94 e 330 hastes de terra R\$ 11.589,00 no valor total de R\$ 39.780,94;
14. Construímos nova rede de AT e BT na Rua Zezo Dácio, entre SC 108 e trevo da Rua Dona Gertrudes no bairro Divina Providencia com valor total R\$111.522,65;
15. Executada a reforma com melhorias da rede da Ponte Baixa/Barra do Norte, trecho entre o associado Gervásio Meurer e Vicente Vieira com custo de R\$ 158.139,82;
16. Feita a reforma e melhorias de rede na região de Rio das Furnas no valor de R\$ 49.153,68;
17. Construída rede nova a partir SC 108 acesso Rio Pinheiros até a capela da comunidade, com adequação para manobras entre os alimentadores, valor investido R\$ 101.439,95;
18. Realizamos a construção, ampliação e melhoria das redes de distribuição de energia elétrica da Cegero, assim como construção e manutenção de redes dos associados, total de 509 projetos realizados, no valor aproximado de R\$ 1.218.311,61 em materiais e R\$ 852.818,12 de mão de obra. Total R\$ 2.071.129,73;

19. Aquisição de 447 medidores de energia, de diversos modelos e equipamentos destinados a medição de energia (chaves de aferição, transformadores de corrente e de tensão) no total de R\$ 130.00,80;
20. Aquisição de vestimentas de segurança (uniformes para eletricitistas), equipamentos de proteção individual e proteção coletiva, ferramentas diversas, no valor total de R\$ 41.804,43;
21. Contratamos equipes terceirizadas de linha viva para construção e manutenção de redes, reduzindo ao máximo desligamentos da energia durante as obras e na manutenção detectadas pela inspeção termográfica das redes, com valor dispendido de R\$ 281.446,75;
22. Alienação de 3 veículos no montante de R\$ 146.000,00 e otimização dos demais proporcionando redução de custos e despesas.
23. Realizados treinamentos diversos aos colaboradores no valor de R\$40.329,90, participação do SESCOOP R\$ 36.070,00 e Cegero com R\$ 4.259,90;
24. Realizada a implantação de automação dos consumidores grupo A4, no total de 34 medições e da medição da Celesc na subestação Cegero, permitindo acompanhamento em tempo real do consumidor, com alertas nos problemas de medição, especialmente na queima de medidor, cuja ocorrência dispara alarme identificando o problema. Custo da implantação R\$ 26.462,00;
25. Neste ano, o reajuste na compra de energia foi em média 19%, sendo que o repasse foi de 11,5%, cuja diferença foi absorvida pela Cooperativa através de redução de custos e despesas;
26. Incorporado nas perdas de energia elétrica o consumo de 1.238.485 kWh da iluminação pública de 2017 com um custo aproximado de R\$ 225.340,30;
27. Foi aprovada e doada em assembleia geral ajuda financeira ao Posto de Saúde R\$ 80.000,00. Para a Rede Feminina de Combate ao Câncer e APAE de São Ludgero, R\$ 15.000,00 cada. Total R\$ 110.000,00.
28. Liberamos ajuda financeira à CME de São Ludgero no valor de R\$ 10.098,00;
29. Atendemos neste ano 9.149 (nove mil cento e quarenta e nove) solicitações de obras e solicitações de atendimento aos associados, envolvendo solicitação de caminhão muck, redes de distribuição, poda de árvores próximas da rede, iluminação, vistorias para ligação de novas unidades consumidoras, troca de medidores queimados, corte e religação, falta de energia, análise de tensão, descargas atmosféricas, entre outros.
30. Em 2017 foram adquiridos o montante 147.935.519 kWh e distribuída aos associados 139.582.208 kWh, com uma perda na distribuição de energia de 5,65%.
31. Com referência aos crescimentos verificados neste exercício, destacamos:

Em potência instalada	4,58 %
Em energia adquirida	6,62 %
Em energia distribuída	4,32 %
Em demanda fora da ponta	5,07 %
Em demanda no horário de ponta	4,45 %

Agradecemos ao Conselho Fiscal, que no exercício de suas funções tem se empenhado com dedicação na condução de suas responsabilidades.

Agradecemos o apoio de nossos associados, a nossa equipe de funcionários por seu empenho, comprometimento e esforço pessoal que tem contribuído para a evolução constante da CEGERO, nos possibilitando hoje mostrar neste plenário, as realizações efetuadas.

Finalizando, agradecemos a Deus por mais um ano de atividades a frente da CEGERO, em companhia de nossos conselheiros, associados, funcionários e colaboradores.

Muito obrigado a todos!

São Ludgero, 31 de dezembro de 2017.

A Administração.

ANEXO I - DADOS GERAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LIGAÇÕES

CLASSES	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
RESIDENCIAL	3246	3384	3535	3733	3865	4199	4283
INDUSTRIAL	120	134	138	143	155	159	153
COMERCIAL	376	402	409	419	435	438	467
RURAL	1155	1147	1117	1099	1095	869	893
PODERES PÚBLICOS	49	52	50	48	50	47	45
SERVIÇOS PÚBLICOS	20	21	23	24	26	28	32
ILUMINAÇÃO PÚB.	-	-	-	-	-	-	-
CONSUMO PRÓPRIO	06	03	04	03	04	05	06
TOTAL	4972	5143	5276	5469	5630	5745	5879

2. ÍNDICE DA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA POR CATEGORIA DE CONSUMO SEM ILUMINAÇÃO PÚBLICA

CLASSES	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
RESIDENCIAL	9,72	9,64	9,13	9,51	9,42	9,68	9,86
INDUSTRIAL	77,92	77,72	79,39	79,24	79,22	79,37	79,32
COMERCIAL	3,91	4,22	4,08	4,36	4,34	4,07	3,91
RURAL	6,93	6,77	5,92	6,12	6,26	6,10	6,11
PODERES PÚBLICOS	0,45	0,50	0,47	0,48	0,49	0,45	0,45
SERVIÇOS PÚBLICOS	0,27	0,31	0,27	0,24	0,22	0,27	0,29
ILUMINAÇÃO PÚB.	-	-	-	-	-	-	-
CONSUMO PRÓPRIO	0,08	0,11	0,04	0,05	0,05	0,06	0,07
TOTAL (%)	100	100	100	100	100	100	100

3. ÍNDICE DA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA POR CATEGORIA DE CONSUMO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA

CLASSES	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
RESIDENCIAL	9,72	9,64	9,13	9,51	9,42	9,68	9,78
INDUSTRIAL	77,92	77,72	79,39	79,24	79,22	79,37	78,62
COMERCIAL	3,91	4,22	4,08	4,36	4,34	4,07	3,87
RURAL	6,93	6,77	5,92	6,12	6,26	6,10	6,06
POD. PÚBLICOS	0,45	0,50	0,47	0,48	0,49	0,45	0,44
SERVIÇOS PÚB.	0,27	0,31	0,27	0,24	0,22	0,27	0,28
ILUMINAÇÃO PÚB.	1,13	0,98	0,91	0,95	0,94	0,84	0,88
CONSUMO PRÓPRIO	0,08	0,11	0,04	0,05	0,05	0,06	0,07
TOTAL (%)	100	100	100	100	100	100	100

4. EXTENSÃO DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

ANO	EXTENSÃO DE REDES (AT)		EXTENSÃO DE REDES (BT)		
	monofásica	trifásica	monofásica	bifásica	trifásica
2017	26,84 km	259,81 km	88,81 km	9,41 km	202,20 km

5. NÚMERO DE TRANSFORMADORES INSTALADOS NO SISTEMA ELÉTRICO

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
COOPERATIVA	464	492	525	535	568	471	589
PARTICULARES	28	31	52	57	58	139	41
TOTAL	492	523	577	592	626	610	630

6. POTÊNCIA INSTALADA

ANO	POTÊNCIA		
	CEGERO	PARTICULAR	TOTAL
2011	24.675,5 kVA	21.950,0 kVA	46.625,5 kVA
2012	26.685,5 kVA	23.450,0 kVA	50.135,5 kVA
2013	29.895,5 kVA	26.062,5 kVA	55.958,0 kVA
2014	31.004,5 kVA	27.402,5 kVA	58.407,0 kVA
2015	34.325,0 kVA	32.987,5 kVA	67.312,5 kVA
2016	20.454,5 kVA	49.777,5 kVA	70.232,0 kVA
2017	36.524,5 kVA	36.927,5 kVA	73.452,0 kVA

7. MEDIDORES DE ENERGIA ADQUIRIDOS

ANO	NÚMERO DE MEDIDORES
2011	414
2012	449
2013	282
2014	514
2015	518
2016	557
2017	447

8. VARIAÇÃO DA DEMANDA ADQUIRIDA

ANO	DEMANDA MÉDIA ANUAL		Crescimento %	
	FORA PONTA	PONTA	FORA PONTA	PONTA
2011	16.046,8 kW	X	6,64	X
2012	18.387,6 kW	X	14,58	X
2013	19.908,0 kW	X	8,27	X
2014	21.175,0 kW	X	6,36	X
2015	22.730,0 kW	X	7,34	X
2016	24.458,0 kW	22.161,9 kW	7,60	-
2017	25.699,6 kW	23.149,3 kW	5,07	4,45

9. VARIAÇÃO DA ENERGIA TOTAL ADQUIRIDA

ANO	CONSUMO ANUAL	Crescimento %
2011	97.490.743 kWh	4,50
2012	111.109.500 kWh	12,25
2013	122.442.787 kWh	10,20
2014	137.014.892 kWh	11,90
2015	132.721.645 kWh	(-3,13)
2016	138.749.420 kWh	4,54
2017	147.935.519 kWh	6,62

10. VARIAÇÃO DA ENERGIA DISTRIBUIDA

ANO	CONSUMO ANUAL	Crescimento %
2011	93.830.362 kWh *	5,32
2012	106.181.643 kWh *	13,16
2013	114.581.288 kWh *	7,91
2014	125.224.644 kWh *	9,29
2015	125.645.956 kWh *	0,34
2016	133.803.095 kWh *	6,49
2017	139.582.208 kWh *	4,32

Observação: * No total da energia distribuída aos associados, não consta o consumo referente à iluminação pública que em 2017 foi aproximadamente **1.238.485 kWh**. Portanto, o total da energia distribuída seria **140.820.693 kWh**.

11. VARIAÇÃO DAS PERDAS DE ENERGIA

ANO	ENERGIA ADQUIRIDA (kWh)	ENERGIA DISTRIBUIDA (kWh)	PERDAS (%)
2011	97.490.743	93.830.362	3,75
2012	111.109.500	106.181.643	4,44
2013	122.442.787	114.581.288	6,42
2014	137.014.892	125.224.644	8,61
2015	132.721.645	125.645.956	5,33
2016	138.749.420	133.803.095	3,56
2017	147.935.519	139.582.208	5,65

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

I - BALANÇO PATRIMONIAL

Em reais

DESCRIÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	21.901.130,10	13.357.752,61
Caixa e Equivalentes a Caixa	11.925.183,55	4.533.914,63
Consumidores, Concessionários e Serviços em Curso	8.392.027,70	7.778.584,79
Tributos Compensáveis	6.223,25	0,00
Almoxarifado	1.059.663,93	708.213,39
Investimentos Temporários	61.232,16	33.433,86
Despesas Pagas Antecipadamente	0,00	50.740,25
Ativos de Operação Descontinuada e Bens	6.812,37	6.568,93
Outros Ativos Circulantes	57.519,14	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	36.508.959,63	37.287.649,70
Tributos Compensáveis	392.468,00	246.296,76
Bens e Direitos Para Uso Futuro	64.516,32	98.707,83
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão e Permissão	7.665,58	7.665,58
Imobilizado	429.365,22	562.274,02
Intangível	35.984.768,43	36.591.236,55
Total do Ativo	58.410.089,73	50.645.402,31

DESCRIÇÃO	2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE	13.116.940,11	6.516.719,11
Fornecedores	12.337.759,20	5.755.569,54
Obrigações Sociais e Trabalhistas	594.859,84	532.891,01
Tributos	101.619,06	120.639,76
Outros Passivos Circulantes	82.702,01	107.618,80
PASSIVO Não CIRCULANTE	730,70	0,00
Participação Financeira do Consumidor	730,70	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	45.292.418,92	44.128.683,20
Capital a Integralizar	(3.075,00)	(3.630,00)
Capital Social	201.240,00	194.175,00
Doação e Subvenção	3.629,20	3.629,20
FATES	57.839,39	672,09
Fundo de Reserva	44.068.368,40	43.140.921,89
Reserva de Reavaliação	790.898,76	790.898,76
Sobras a Disposição da AGO	173.518,17	2.016,26
Total do Passivo	58.410.089,73	50.645.402,31

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

II - DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Descrição	Em Reais	
	2017	2016
01. Receita Operacional Bruta	51.193.041,84	43.567.713,58
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	50.735.400,14	43.157.167,46
(+) Outros Ingressos e Rendas	457.641,70	410.546,12
02. Dedução da Receita Bruta	(12.220.553,98)	(10.381.015,31)
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos	(12.220.553,98)	(10.381.015,31)
03. Receita Operacional Líquida (1+2)	38.972.487,86	33.186.698,27
04. Custo do Serviço de Energia Elétrica	(29.254.668,81)	(23.050.633,16)
(-) Dispêndios de Aquisição da Energia Elétrica	(29.254.668,81)	(23.050.633,16)
05. Resultado Bruto da Comercialização de	9.717.819,05	10.136.065,11
06. Despesas Operacionais	(9.372.828,84)	(11.308.405,86)
(+) Recuperação de Despesas	99.403,69	34.699,40
(-) Pessoal e Administrativo	(4.723.531,02)	(4.507.336,87)
(-) Material	(610.051,92)	(1.095.050,32)
(-) Serviços de Terceiros	(1.118.929,02)	(1.588.518,92)
(-) Depreciações	(1.923.073,37)	(1.617.824,28)
(-) Arrendamento e Aluguéis	(6.500,00)	(11.208,33)
(-) Seguros	(25.652,55)	(25.910,78)
(-) Despesas Tributárias	(26.467,90)	(22.960,51)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(120.098,00)	(43.627,38)
(-) Provisão para Créditos de Liquidação	(161.676,89)	(536.311,42)
(-) Outras Despesas Operacionais	(756.251,86)	(1.894.356,45)
07. Resultado Operacional (5+6)	344.990,21	(1.172.340,75)
08. Resultado Operacional Financeiro	811.797,60	1.185.782,51
(+) Receita de Aplicação Financeira	534.759,62	905.656,05
(+) Outras Receitas Financeiras	429.771,66	515.813,23
(-) Outras Despesas Financeiras	(152.733,68)	(235.686,77)
09. Resultado Operacional	1.156.787,81	13.441,76
10. Resultado a Ser Destinado	1.156.787,81	13.441,76
Resultado com Cooperados	1.156.787,81	13.441,76
11. Destinações Estatutárias	(983.269,64)	(11.425,50)
(-) Reserva Legal 10%	(115.678,78)	(1.344,18)
(-) Fates 5%	(57.839,39)	(672,09)
(-) Manutenção e Ampliação 70%	(809.751,47)	(9.409,23)
12. Sobras Líquidas do Período (10+11)	173.518,17	2.016,26

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

III – DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

Eventos	Capital Social	RESERVAS					Sobras a Disposição da AGO	Total
		Reserva de Reavaliação	Legal	Expansão e Melhoria	FATES	Doações e Subvenções		
SALDO EM 31/12/2015	189.119,68	790.898,76	5.208.427,83	37.921.740,65	304.458,34	3.629,20	681.859,24	45.100.133,70
MUTAÇÕES EM 2016	1.425,32	0,00	1.344,18	9.409,23	(303.786,25)	0,00	(679.842,98)	(971.450,50)
Integralização de	13.455,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.455,00
Capital a Realizar	(12.029,68)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(12.029,68)
Incorporação das	0,00	0,00	0,00	0,00	681.859,24	0,00	(681.859,24)	0,00
Utilização das Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	(986.317,58)	0,00	0,00	(986.317,58)
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.441,76	13.441,76
Destinações	0,00	0,00	1.344,18	9.409,23	672,09	0,00	(11.425,50)	0,00
SALDO EM 31/12/2016	190.545,00	790.898,76	5.209.772,01	37.931.149,88	672,09	3.629,20	2.016,26	44.128.683,20
MUTAÇÕES EM 2017	7.620,00	0,00	115.678,78	811.767,73	57.167,30	0,00	171.501,91	1.163.735,72
Integralização de	9.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.690,00
Capital a Realizar	(2.070,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.070,00)
Incorporação das	0,00	0,00	0,00	2.016,26	0,00	0,00	(2.016,26)	0,00
Utilização das Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	(672,09)	0,00	0,00	(672,09)
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.156.787,81	1.156.787,81
Destinações	0,00	0,00	115.678,78	809.751,47	57.839,39	0,00	(983.269,64)	0,00
SALDO EM 31/12/2017	198.165,00	790.898,76	5.325.450,79	38.742.917,61	57.839,39	3.629,20	173.518,17	45.292.418,92

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

IV – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Em Reais	
	31/12/2017	31/12/2016
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	1.156.787,81	13.441,76
Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	1.156.787,81	13.441,76
2 - Ajuste Por	6.752.899,64	769.469,77
Reintegração Acumulada	1.079.437,06	985.583,33
(Aumento) ou Diminuição de Consumidores,	(613.442,91)	463.991,66
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	(317.259,03)	17.992,00
(Aumento) ou Diminuição de Almojarifado	(27.798,30)	82.478,37
(Aumento) ou Diminuição de Investimentos Temporários	50.740,25	(740,25)
(Aumento) ou Diminuição de Despesas pagas	(243,44)	(753,44)
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Circulantes	(146.171,24)	16.056,59
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Cursos	(6.223,25)	0,00
(Aumento) ou Diminuição de Bens e Direitos para Uso Futuro	0,00	8.737,92
(Aumento) ou Diminuição de Bens e Atividades Não	132.908,80	0,00
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	6.582.189,66	(474.348,13)
(Diminuição) ou Aumento de Empréstimos, Financiamentos e	0,00	(122.761,32)
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Sociais e	61.968,83	74.725,73
(Diminuição) ou Aumento de Tributos	(19.020,70)	(251.370,01)
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	(24.916,79)	(30.122,68)
(Diminuição) ou Aumento de Participação Financeira do	730,70	0,00
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	7.909.687,45	782.911,53
4 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(517.746,44)	(6.835.824,22)
Ativo Imobilizado / Intangível	(467.847,30)	(6.862.130,27)
Ativo Investimentos	(57.519,14)	32.148,23
Integralização de Capital	7.620,00	(5.842,18)
5 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(672,09)	(979.050,08)
Utilização das Reservas	(672,09)	(979.050,08)
6 – Variação no Caixa (3+4+5)	7.391.268,92	(7.031.962,77)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	7.391.268,92	(7.031.962,77)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	4.533.914,63	11.565.877,40
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	11.925.183,55	4.533.914,63

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

(Valores expressos em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero – CEGERO** é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. Para fins fiscais e tributários a CEGERO está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2017 a CEGERO realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria de instalações de distribuição de energia elétrica, de acordo com seu objeto social.

2. DA PERMISSÃO – REGULARIZAÇÃO JUNTO A ANEEL

A Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero havia encaminhado, em 2005, o pedido de regularização à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, atendendo ao processo administrativo de regularização de cooperativas de eletrificação rural, instituído através da Resolução ANEEL 333/99, atualizada pela Resolução ANEEL 012/2002. Porém, por razões técnicas e econômicas, conforme consta no processo 48500.004011/2005-88, a ANEEL não autorizou o pedido de permissão sendo, esta decisão, publicada no DOU – Diário Oficial da União do dia 22 de dezembro de 2009. Das 52 cooperativas identificadas como passíveis de serem regularizadas, apenas 14 não foram regularizadas, entre elas a CEGERO.

Recentemente, após a conclusão da audiência pública 062/2015, edição da resolução normativa 704/2016 e consequente adesão da CEGERO à nova metodologia de Revisão Tarifária da ANEEL (Proret, submódulo 8.4) através do ofício nº01/2016 encaminhado a ANEEL, um novo pedido de informações foi formulado pela agência às cooperativas passíveis de serem regularizadas (ofício circular nº 03/2017 SGT/ANEEL), resultando na abertura de um novo processo de regularização das Cooperativas de Eletrificação Rural como Permissionárias do Serviço Público de Distribuição. Processo nº 48500.005988/2017-45, aberto em 23 de novembro de 2017.

Diante do referido processo, a ANEEL deu abertura a audiência pública nº 079/2017, publicado no Diário Oficial da União de 21/12/2017, Seção 3, págs. 133 e 134, com o objetivo de obter subsídios para a definição das tarifas iniciais das Cooperativas

passíveis de serem regularizadas como permissionárias do serviço público de distribuição. O prazo para recebimento das contribuições foi de 21/12/2017 a 19/02/2018. Após análise das contribuições e publicação do resultado da referida audiência, inicia-se o procedimento final de enquadramento, sendo a conclusão prevista para o primeiro semestre de 2018.

Áreas de Atuação – A CEGERO atua nos municípios de São Ludgero, Pedras Grandes, Braço do Norte, Orleans e Tubarão, todos no Estado de Santa Catarina, devidamente delimitado no processo de regularização.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil, observadas as disposições da legislação cooperativista. Historicamente as cooperativas observam a Lei nº 6.404/1976 – lei das sociedades por ação na preparação de suas demonstrações contábeis, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades, contemplando os efeitos referentes à classificação das contas no balanço e ao conjunto de demonstrações contábeis trazidos pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução ANEEL nº 604/2014 conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC T 10.8 – IT 01, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no despacho **4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 0155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016 e 3.371/2016 e 4.356/2017.**

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC 1.292/10, que aprovou a NBC TG 01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados. Sendo assim, o entendimento da CEGERO é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

A **Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero – CEGERO** apresenta no encerramento do exercício de 2017 as demonstrações contábeis societárias, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) Resolução ANEEL nº 604/2014, interpretação técnica NBC T 10.8 – IT 01, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no despacho **4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 0155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017.**

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

- **Consumidores**

Engloba o fornecimento de energia faturada até 31 de dezembro, contabilizado com base no regime de competência.

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

- **Estoque**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, igualmente registrado pelo custo médio.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815 de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução ANEEL nº 15 de 24 de dezembro de 1997, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 240 de 05 de dezembro de 2006, não possuindo financiamentos aplicados no ativo imobilizado.

- **Intangível**

Direitos sobre objetos incorpóreos destinados a manutenção da entidade, ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

- **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

- **Outros direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos financeiros circulantes e não circulante estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

- **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes não afetem substancialmente o resultado.

- **Imposto de renda e contribuição social**

Calculados e registrados quando devidos conforme legislação vigente nas datas dos balanços.

Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

- **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

▪ **Reconhecimento das receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela CEGERO, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG 30, aprovada pela Resolução 1.187/09 do Conselho Federal de Contabilidade.

▪ **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Não existe consumidor que representa 10% ou mais do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração do PIS e COFINS, quando da incidência são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

▪ **Sobra líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada a disposição dos associados, que deliberarão sobre sua utilização, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

▪ **Estrutura das Demonstrações Contábeis**

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento no 2.775/2008 – SFF/ANEEL, no 0127/2009 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2014, 4.786/2014 e 245/2016, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Os valores que compõe os saldos referentes a “Caixa e Equivalentes de Caixa” estão demonstrados a seguir:

Em Reais

Contas	2017	2016
Caixa Geral	766,83	2.986,57
Bancos Contas Movimento	182.322,52	76.821,97
Fundos de Caixa	1.000,00	1.000,00
Numerários em Trânsito	200.963,43	205.287,56
Aplicações no Mercado Aberto	11.540.130,77	4.247.818,53
Banco Do Brasil S.A.	1.459.739,15	1.176.074,28
Sicoob/SC - Credivale	4.305.535,06	540.310,97
CEF CDB	1.611.537,67	0,00
Banco Safra	956.731,07	2.376.208,66
C.E.F. Fundos de Investimento	2.459.802,24	154.113,7
Bradesco Invest	229.818,12	1.110,92
Unicred Aplicação Financeira	516.967,46	0,00
Total Caixa e Equivalentes	11.925.183,55	4.533.914,63

6. CONSUMIDORES

Os valores que compõe os saldos referentes às contas de “Consumidores” estão demonstrados a seguir, desdobrados por classe de consumo:

Em Reais

DESCRIÇÃO	2017	2016
Residencial	664.389,38	522.970,73
Industrial	6.632.539,25	5.999.431,46
Comercial	302.400,90	242.128,26
Rural	353.617,18	258.650,23
Poderes Públicos	23.104,19	19.188,80
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(148.178,70)	(119.290,53)
Serviços Cobráveis	2.519,85	1.663,03
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(215,00)	(143,00)
Participação Financeira	730,70	0,00
Parcelamentos	682.056,89	1.162.753,90
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(476.599,42)	(435.875,26)
OUTROS	364.671,15	131.944,08
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.010,67)	(4.836,91)
Total	8.392.027,70	7.778.584,79

	Saldos		Vencidos		Saldo	Saldo
	Vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	2017	2016	
Consumidores						
Residencial	528.143,61	122.139,77	6.663,08	656.946,46	518.014,62	
Industrial	4.046.129,45	2.340.060,79	206.750,11	6.592.940,35	5.956.968,06	
Comercial	244.101,55	53.319,88	2.052,29	299.473,72	240.237,19	
Rural	289.499,24	53.336,09	8.570,15	351.405,48	257.042,78	
Poder Público	23.058,01	0,00	0,00	23.058,01	19.154,00	
Multas e Juros	31.975,78	11.461,11	8.789,99	52.226,88	50.952,83	
Total	5.162.907,64	2.580.317,64	232.825,62	7.976.050,90	7.042.369,48	

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605/2014, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, e outros, vencidos há mais de 360 dias.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Os saldos referentes aos “Tributos Compensáveis”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Descrição	2017	2016
ICMS a Recuperar	990.578,12	630.459,92
ICMS a Recuperar do Ativo Permanente	69.085,81	77.753,47
Total	1.059.663,93	708.213,39

8. ESTOQUES

Os saldos referentes aos “Estoques”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Descrição	2017	2016
Almoxarifado Operacional	47.495,85	27.226,54
Estoque de Sucatas	13.736,31	6.207,32
Total	63.249,16	35.449,86

9. APLICAÇÕES EM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os saldos referentes às “Aplicações em títulos e valores mobiliários”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados:

Em reais

Descrição	2017	2016
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	0,00	50.740,25
Total	0,00	50.740,25

10. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os saldos referentes às “Despesas Pagas Antecipadamente”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Descrição	2017	2016
Arrendamentos, Aluguéis e Empréstimos de Bens	4.750,00	4.750,00
Prêmios de Seguros	2.062,37	1.818,93
Total	6.812,37	6.568,93

11. ATIVOS DE OPERAÇÃO DESCONTINUADA E BENS

Os saldos referentes às “Ativos de Operação Descontinuada e Bens”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Descrição	2017	2016
Máquinas e Equipamentos	57.519,14	0,00
Total	57.519,14	0,00

12. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Os saldos referentes a “Outros Ativos Circulantes”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em reais

Descrição	2017	2016
Adiantamento de férias	62.060,14	82.498,19
Outros Adiantamentos	440,26	15.143,37
Adiantamento Tezza Montagens Elétricas	23.856,56	0,00
Alienação de Bens e Direitos	189.500,00	2.000,00
Arrendamentos e Aluguéis	11.466,00	11.466,00
(-) Provisão Para Créditos De Liquidação	(24.026,00)	0,00
OI S.A. - Compartilhamento de Infraestrutura	29.585,33	38.775,00
Cheques Devolvidos	42.463,96	36.439,70
SESCOOP/SC	26.269,50	0,00
Desativações Em Curso	3.159,75	59.974,50
Alienação em Curso	27.692,50	0,00
Total	392.468,00	246.296,76

13. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS – NÃO CIRCULANTE

Os saldos referentes aos “Tributos Compensáveis, Ativo Não Circulante” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em reais

Descrição	2017	2016
ICMS a Recuperar do Ativo Permanente	64.516,32	98.707,83
Total	64.516,32	98.707,83

14. BENS E DIREITOS PARA USO FUTURO – NÃO CIRCULANTE

Os saldos referentes aos “Bens e Direitos para Uso Futuro, Ativo Não Circulante” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em reais

Descrição	2017	2016
Quotas e Ações Outras Empresas	2.665,58	2.665,58
Grupo Geração SC - Geracoop	5.000,00	5.000,00
Total	7.665,58	7.665,58

15. BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS – NÃO CIRCULANTE

Os saldos referentes aos “Bens e Atividades não Vinculadas, Ativo Não Circulante” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em reais	
	2017	2016
Direitos Uso Term. Telefônico	3.357,69	3.357,69
Quotas Unicred	6.000,00	0,00
Veículos Cedidos em Comodato	694.544,00	694.544,00
Depr. Acumulada de Veículos Cedidos em	(274.536,47)	(135.627,67)
Total	429.365,22	562.274,02

16. IMOBILIZADO

Os saldos referentes ao “Imobilizado”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

DESCRIÇÃO	Saldo Anterior	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo
					Final
LINHAS, REDES E SUBESTAÇÕES	26.695.632,91	2.265.603,02	824.335,89	(7.961.324,64)	20.175.575,40
IMOBILIZADO EM SERVIÇO					
EDIF., OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	218.877,00	0,00	0,00	(64.231,52)	154.645,48
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	24.620.067,12	2.239.621,58	626.872,05	(6.896.271,18)	19.336.545,47
VEÍCULOS	1.690.020,47	25.981,44	197.463,84	(959.057,91)	559.480,16
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	166.668,32	0,00	0,00	(41.764,03)	124.904,29
LINHAS, REDES E SUBESTAÇÕES	1.463.080,50	4.100.477,39	4.870.231,37	0,00	693.326,52
IMOBILIZADO EM CURSO					
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	884.607,44	1.607.915,76	2.353.412,41	0,00	139.110,79
VEÍCULOS	0,00	25.981,44	25.981,44	0,00	0,00
MATERIAL EM DEPÓSITO	578.473,06	1.413.765,57	1.438.022,90	0,00	554.215,73
COMPRAS EM ANDAMENTO	0,00	1.052.286,62	1.052.286,62	0,00	0,00
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	0,00	528,00	528,00	0,00	0,00
DISTRIBUIÇÃO	28.158.713,41	6.366.080,41	5.694.567,26	(7.961.324,64)	20.868.901,92

Em reais

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
IMOBILIZADO EM SERVIÇO	18.263.022,22	98.923,87	297.468,08	(2.948.611,50)	15.115.866,51
TERRENOS	512.500,00	0,00	0,00	0,00	512.500,00
EDIF., OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	15.095.574,17	0,00	0,00	(2.053.953,43)	13.041.620,74
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.682.792,58	85.723,87	296.768,64	(569.823,74)	901.924,07
VEÍCULOS	268.289,57	0,00	0,00	(146.675,24)	121.614,33
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	703.865,90	13.200,00	699,44	(178.159,09)	538.207,37
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
IMOBILIZADO EM CURSO	0,00	111.849,87	111.849,87	0,00	0,00
EDIF., OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	85.723,87	85.723,87	0,00	0,00
VEÍCULOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	0,00	13.200,00	13.200,00	0,00	0,00
COMPRAS EM ANDAMENTO	0,00	12.926,00	12.926,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	18.263.022,22	210.773,74	409.317,95	(2.948.611,50)	15.115.866,51
IMOBILIZADO	46.421.735,63	6.576.854,15	6.103.885,21	(10.909.936,14)	35.984.768,43

17. FORNECEDORES

Os saldos referentes aos "Fornecedores" nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Fornecedores	2017	2016
CELESC Distribuição S/A	12.048.772,37	5.550.880,04
Materiais e Serviços	48.486,83	61.439,50
Outros	240.500,00	143.250,00
Total	12.337.759,20	5.755.569,54

18. FOLHA DE PAGAMENTO E PROVISÕES TRABALHISTAS

Os saldos referentes a “Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Contas	2017	2016
Empregados	67.668,12	0,00
Diretores e Conselheiros	15.215,31	0,00
Provisão de Férias	317.470,03	333.532,42
INSS S/Provisão de Férias	86.803,53	96.908,43
FGTS S/Provisão de Férias	25.331,70	26.116,74
PIS S/Provisão de Férias	3.174,72	3.272,43
INSS	19.689,98	17.996,52
IRRF	51.733,69	47119,73
Contribuição Sindical	0,00	45,79
Mensalidade Sintesc	1.889,70	0,00
Empréstimo Consignado	5.883,06	7.898,95
Total	594.859,84	532.891,01

19. TRIBUTOS

Os saldos referentes aos “Tributos a recolher” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Contas	2017	2016
ICMS	0,00	16.535,99
Contribuição ao Fundo Social	0,00	1.062,26
ISS Retido na Fonte	53,29	1.639,60
INSS	64.874,65	66.558,01
INSS Autônomos	0,00	165,00
INSS Sobre a Prestação de Serviços Por PJ	4.773,78	3.286,97
FGTS	26.562,67	25.308,54
PIS S/ Folha de Salários	4.238,26	3.955,92
Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CSRF	839,06	1.605,88
Imposto de Renda Retido na Fonte	277,35	521,59
Total	101.619,06	120.639,76

20. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Os saldos referentes aos “Outros Passivos Circulantes”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Contas	2017	2016
Contas Pagas em Duplicidade	10.076,61	1.971,23
Recebimentos a Identificar	7.081,35	2.374,78
Adiantamentos de Consumidores	24.516,55	7.541,29
Capital Social a Restituir	12.881,50	10.856,50
Convênio APAE	860,00	847,00
Convênio R.F.C.C.	397,00	386,00
Convênio FIA	50,00	55,00
Convênio HOSPITAL STA. Teresinha de BN	14.550,00	8.720,00
Convênio Hospital de Rio Fortuna	45,00	45,00
Convênio Hospital N. S ^a da Conceição de Tubarão	23,00	38,00
Convênio Jornal Folha do Vale	2.325,00	2.850,00
Convênio Jornal Cidade Notícias	7.224,00	8.640,00
Convênio Seminário N.S ^a de Fátima	18,00	16,00
Convênio A.E.R.P.B.	155,00	135,00
Convênio Jornal Destaque	2.424,00	3.043,00
Colaboração Espontânea Hosp. S ^a . Teresinha	50,00	50,00
Convênio Assoc. Avicultores Sul SC	25,00	50,00
Prefeitura Municipal de São Ludgero	0,00	60.000,00
Total	82.702,01	107.618,80

21. CAPITAL SOCIAL

De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do associado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do associado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 4.472 (Quatro mil, quatrocentos e setenta e dois) associados em 31 de dezembro de 2017.

22. RECEITA OPERACIONAL

Os totais acumulados referentes as “Receitas”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Descrição	2017	2016
Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	5.528.599,78	4.683.701,27
Industrial	39.724.259,56	33.686.625,74
Comercial, Serviços e Outras Atividades	2.373.877,06	2.132.985,06
Rural	2.700.015,67	2.309.404,51
Poder Público	258.003,83	223.326,44
Serviço Público	150.644,24	121.124,44
Total Fornecimento Energia	50.735.400,14	43.157.167,46
Outras Receitas Operacionais		
Uso Mútuo de Postes	261.116,47	173.680,42
Serviço Taxado	13.528,00	9.399,00
Outras Receitas	182.997,23	227.466,70
Total das Receitas Operacionais	457.641,70	410.546,12

23. DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

Os saldos referentes às “Deduções da Receita Operacional”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Conta	Imposto	2017	2016
Tributos Sobre a Receita		(12.220.553,98)	(10.381.015,31)
	ICMS	(12.220.553,98)	(10.381.015,31)
Total Deduções da Receita		(12.220.553,98)	(10.381.015,31)

24. CUSTOS E DESPESAS

Os saldos referentes aos “Custos e Despesas”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

DESCRIÇÃO	2017	2016
CUSTOS	(29.254.668,81)	(23.050.633,16)
(-) Dispêndios de Aquisição da Energia Elétrica	(29.254.668,81)	(23.050.633,16)
DESPESAS	(9.372.828,84)	(11.308.405,86)
(+) Recuperação de Despesas	99.403,69	34.699,40
(-) Pessoal e Administrativo	(4.723.531,02)	(4.507.336,87)
(-) Material	(610.051,92)	(1.095.050,32)
(-) Serviços de Terceiros	(1.118.929,02)	(1.588.518,92)
(-) Depreciações	(1.923.073,37)	(1.617.824,28)
(-) Arrendamento e Aluguéis	(6.500,00)	(11.208,33)
(-) Seguros	(25.652,55)	(25.910,78)
(-) Despesas Tributárias	(26.467,90)	(22.960,51)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(120.098,00)	(43.627,38)
(-) Provisão Para créditos de Liquidação	(161.676,89)	(536.311,42)
(-) Outras Despesas Operacionais	(756.251,86)	(1.894.356,45)

25. DETALHAMENTO DO RESULTADO FINANCEIRO

Os saldos referentes ao “Resultado Financeiro”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Grupo	Contas	2017	2016
Receitas Financeiras		964.531,28	1.421.469,28
	Rendas de Aplicação	534.759,62	905.656,05
	Acrésc. Moratório Fatura	295.517,52	360.498,07
	Outras Receitas	134.254,14	155.315,16
Despesas		(152.733,68)	(235.686,77)
	Tarifas Bancárias	(9.256,44)	(6.478,60)
	Juros/IOF	(28.052,87)	(19.793,33)
	Outras Despesas	(115.424,37)	(209.414,84)
Resultado		811.797,60	1.185.782,51

26. PASSIVOS CONTINGENTES

Na avaliação das obrigações da possibilidade de perda dos casos, classificamos, com base na posição fornecida pelo setor jurídico da entidade, em prováveis, possíveis ou remotas.

Perdas Prováveis são reconhecidas na contabilidade quando são extremamente duvidosas que a empresa venha a ter êxito em anular a obrigação.

Perdas Possíveis são divulgadas em nota explicativas quando há a possibilidade de ocorrer, entretanto os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo.

Na avaliação da possibilidade de perda para os processos em 31/12/2017, utilizamos a seguinte classificação conforme tabela a seguir:

Em Reais

Tipo da ação	Situação Resumida	Prognóstico	
		Provável	Possível
		Valor em Reais	Valor em Reais
Ação Trabalhista	Ação de indenização por acidente de trabalho - Ação Trabalhista nº 0000303-45.2017.5.12.0006	0,00	5.000,00
Ação Trabalhista	Ação de indenização por acidente de trabalho - Ação Trabalhista nº 0001270-82.2017.5.12.0041,	0,00	20.000,00
Ação de Cobrança	Ação Regressiva de Cobrança nº 0303752-38.2017.8.24.0010	0,00	3.278,00
Ação Ordinária nº 5003997-39.2015.4.04.7207 – Fazenda Nacional – Juros e multas REFIS	Sentença de procedência em favor da CEGERO. A União deve recorrer às instâncias superiores – 11516 002932/2006-05	0,00	114.875,11
Ação Ordinária nº 5003997-39.2015.4.04.7207 – Fazenda Nacional – Juros e multas REFIS	Sentença de procedência em favor da CEGERO. A União deve recorrer às instâncias superiores – 11516 002931/2006-52	0,00	533.384,81
Total		0,00	676.537,92

Francisco Niehues Neto
Presidente
CPF: 437.499.179-49

Valentim Baschiroto
Secretário
CPF: 343.516.129-91

Sergio Bianco
Contador CRCSC-011029/O-4
CPF: 252.351.929-15

PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Ilustríssimos Senhores Associados,
Conselho de Administração e assembleia Geral da
Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero**

Nesta

O CONSELHO FISCAL da Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, considerando o exame dos documentos apresentados, bem como a análise das Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017, composta do Balanço Patrimonial, da Demonstração das Sobras ou Perdas do exercício, da Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, inclusive Notas Explicativas as referidas Demonstrações, e do Relatório da Administração, e com base no parecer dos auditores Independentes, somos unânimes em opinar pela sua conformidade e em condições de serem submetidas a aprovação na Assembleia Geral.

São Ludgero, SC, 14 de março de 2018.


Matias Weber


Emerson Boger


Vitor Peters


Nazareno Julio Pereira


Roger Philippi

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO
São Ludgero - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 19 de fevereiro de 2018.



Hermenegildo João Vanoni
Contador - CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012